

*MUITAS ANTAS E MUITA GENTE! AS RELAÇÕES ENTRE
 OS RECINTOS DE FOSSOS E OS MONUMENTOS MEGALÍTICOS
 NO ALENTEJO CENTRAL*

*LOTS OF DOLMENS AND LOTS OF PEOPLE! THE RELATIONS BETWEEN
 DITCHED ENCLOSURES AND MEGALITHIC MONUMENTS IN ALENTEJO
 CENTRAL*

Filipa Rodrigues¹

RESUMO

Em Portugal, mais concretamente na região centro-alentejana, o universo funerário das sociedades camponesas do 4.º e 3.º milénio a.n.e. foi tratado, até aos finais da década de '90 do século passado, separadamente do “mundo dos vivos”. Tal devia-se, por um lado, à visibilidade dos monumento megalíticos na paisagem, e, por outro lado, aos diferentes trabalhos que lhes foram dirigidos especificamente, dos quais se destaca o do casal Leisner, no concelho de Reguengos de Monsaraz (Leisner & Leisner, 1985).

O potencial informativo dos “povoados” e das antas era de tal forma desequilibrado que foram organizados encontros científicos sob a temática “Muitas antas, pouca gente?” (Gonçalves, 2000), contraditadas, após a descoberta dos Perdígões e após a execução dos trabalhos de minimização de impactes na área do regolfo da Barragem de Alqueva, com o binómio “Muita gente, poucas antas?” (Gonçalves, 2003).

O reconhecimento, na primeira década do século XXI, de dezenas de recintos de fossos alterou definitivamente o paradigma até então conhecido, sendo possível afirmar hoje que, na região centro-alentejana, havia muita gente e, por isso, muitas antas, não obstante a ausência de estudos específicos sobre a demografia pré-histórica.

Na presente comunicação pretende-se debater as relações espaciais entre os recintos de fossos e os monumentos megalíticos alentejanos, procurando inferir os comportamentos sociais dos grupos que ocupavam esta área geográfica através dos dados empíricos disponíveis.

PALAVRA-CHAVE: SW Peninsular; Recintos de fossos; Megalitismo; Relações espaciais

¹Crivarque, Lda. / UNIARQ – FLUL/ STEA – Sociedade Torrejana de Espeleologia e Arqueologia

ABSTRACT

This paper aims to discuss the spatial analysis between ditched enclosures and megalithic monuments in Alentejo Central, in order to infer the social behaviors of groups that occupied this region during the Late Neolithic period.

KEY WORDS: *SW Iberia; Ditched Enclosures; Megalithism; Spatial Analysis*

1. INTRODUÇÃO:

A actual região centro-alentejana² despertou desde muito cedo o interesse de vários arqueólogos nacionais e estrangeiros, que nela reconheceram um enorme potencial para a investigação sobre as comunidades pré-históricas, traduzido, desde logo, pela identificação de inúmeros monumentos megalíticos funerários. É neste contexto de produção científica que o Alentejo Central é elevado ao estatuto de território paradigmático do megalitismo funerário português, estando reconhecidos cerca de 130 monumentos megalíticos. A par destes conhecem-se ainda cromeleques e menires isolados, que embora possam ter, nalguns casos, cronologias antigas dentro da diacronia neolítica, partilharam o espaço com os seus congéneres funerários.

Numa fase mais recente da investigação, outros tipos de sítios quer relacionados com o “mundo dos mortos” quer relacionados com o “mundos dos vivos” surgiram nesta região. É o caso dos hipogeus da Sobreira de Cima (Valera, 2013) e das gravuras rupestres identificadas no Santuário Exterior do Escoural ou nas margens do Guadiana, que demonstram que esta região foi palco de vários cenários de vivência ao longo de toda a Pré-História Recente. Todos estes sítios, normalmente conectados com as manifestações simbólicas e a vertente ideotécnica das comunidades pré-históricas, encontram-se ao lado de uma rede de povoamento ainda mal conhecida. De facto, até ao momento conhecem-se alguns “povoados abertos” e raros “povoados fortificados”, sendo esta lacuna aparentemente preenchida pela proliferação de recintos de fossos que na última década têm sido dados a conhecer quer através de escavações arqueológicas quer através do seu reconhecimento por fotografia aérea.

Nesta região, a construção dos recintos de fossos de tem início na última etapa do Neolítico, ou seja, durante a segunda metade do 4.º milénio a.n.e., e emerge de um processo histórico caracterizado pela:

- comprovada mobilidade populacional entre a Estremadura e o Alentejo, privilegiando o contacto entre o litoral e o interior, com forte interação intra e intergrupual, considerando os resultados das análises paleogenéticas e isotópicas realizadas no Algar do Bom Santo (Carvalho, 2014)

² Região artificial recentemente criada que, de um modo genérico, se circunscreve ao distrito de Évora. Do ponto de vista paisagístico e geomorfológico corresponde à planície alentejana, estando, neste trabalho delimitada: a Norte pela Serra de Ossa; a Oeste pela Serra de Monfurado; a Sul pela Serra do Mendro, utilizando-se como limite Este a fronteira política do país.

• “territorialização da paisagem”, através da construção dos monumentos funerários megalíticos, normalmente conectado com um aumento demográfico e complexificação social, considerando a análise das datações absolutas documentadas para o fenómeno megalítico³ (Boaventura & Mataloto, 2013). Ainda que de forma desigual, neste momento estão disponíveis dados empíricos provenientes de 11 recintos de fossos crono-culturalmente integrados no designado Neolítico Final, sendo eles:

- Ponte da Azambuja 2 (Portel Évora) (Rodrigues, 2008, 2013 e 2015);
- Moreiros 2 (Monforte, Portalegre) (Boaventura, 2006; Valera, Becker, & Boaventura, 2013);
- Cabeco do Torrão (Elvas, Portalegre) (Lago & Albergaria, 2001);
- Paraíso (Elvas, Portalegre) (Mataloto & Costeira, 2008 e 2009; Mataloto et alii, 2011);
- Juromenha 1 (Alandroal, Évora) (Calado & Mataloto, 1998; Mataloto & Boaventura, 2009);
- Malhada das Mimosas (Alandroal, Évora) (Calado & Rocha, 2000);
- Águas Frias (Alandroal, Évora) (Calado & Rocha, 2004);
- Perdígões (Reguengos de Monsaraz, Évora) (Lago et alii, 1998; Valera, 2008; Valera 2010; Valera, Silva, & Márquez Romero, 2014);
- Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Beja) (Arnaud, 1993; Valera & Filipe, 2004; Santos et alii, 2014);
- Fareleira 3 (Vidigueira, Beja) (Figueiredo, 2013);
- Igreja Velha de São Jorge (Serpa, Beja) (Soares, 1994 e 1996) (v. Fig. 1)⁴.

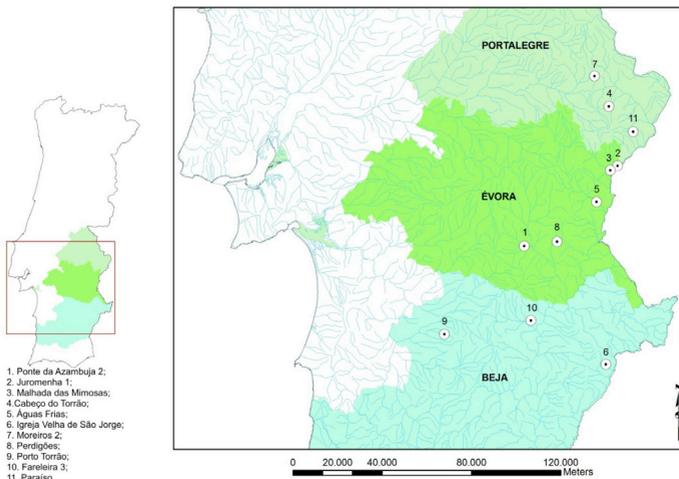


Figura 1 - Localização dos onze recintos de fossos do Neolítico Final identificados no Alentejo Central e regiões adjacentes identificados no Alentejo Central e regiões adjacentes

³ Neste caso, importa referir as datações aferidas para a ocupação realizada anteriormente à construção do monumento 2 de Vale Rodrigo, que, de acordo com Boaventura e Mataloto (2013), estabelecem “[...] momentos de termini post quos”, marcando o início de uma Fase 1 do “processo de megalitização”: Úa 10830, 3940 - 3250 cal BC e KIA 31381, 3940-3700 cal BCE (Armbruester, 2006 e 2007).

Destes 11 apenas cinco se encontram datados pelo radiocarbono – Moreiros 2, Juromenha 1, Igreja Velha de São Jorge, Porto Torrão e Perdigões. Se por um lado as distribuições de probabilidades entre as datações mais antigas e com maior grau de fiabilidade de cada recinto mencionado não permitem admitir de imediato a sua sincronia, por outro lado também não permitem rejeitá-la, existindo uma estreita janela que possibilita o seu tratamento em simultâneo (v. Fig. 2). Havendo uma evidente analogia entre o espólio recolhido nos cinco recintos datados e os restantes seis, e partindo do princípio que a análise sobre estes sítios tem de começar por algum lado ainda que com fragilidades claramente assumidas, os onze recintos foram tratados, para efeitos do presente trabalho, de forma sincrónica.

Assim, não sendo o objectivo deste texto debater a funcionalidade dos recintos de fossos identificados na região alentejana, mas sim compreender a sua relação com os monumentos megalíticos reconhecidos no seu entorno imediato, pretende-se com o presente exercício responder às seguintes questões:

1) existem áreas preferenciais para a construção dos monumentos megalíticos e, se sim, estão associadas aos recintos de fossos?;

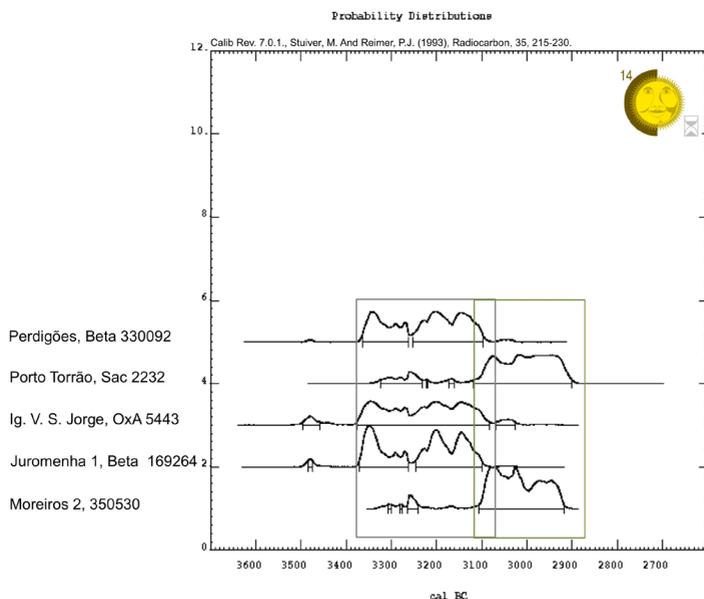


Figura 2. Distribuições de probabilidades entre as datações mais antigas e com maior grau de fiabilidade de cada recinto de fossos datado pelo radiocarbono

396 | ⁴ Devido à escassez de dados sobre esta temática específica, foram considerados os recintos de fossos do Porto Torrão, Fareleira 3 e Igreja Velha de São Jorge, localizados no Baixo Alentejo e não na região centro-alentejana conforme se indica, desde logo, no título deste trabalho.

2) a presença dos recintos de fossos inibiu a construção dos monumentos megalíticos nas suas áreas directas de ação?

3) como é que se efectua a gestão da morte nos recintos de fossos do Neolítico Final e quais as inferências sociais que daí advêm?

Desta forma, nos próximos pontos serão descritos (i) a metodologia utilizada para atingir os objectivos previamente definidos, (ii) quais os resultados obtidos e (iii) as primeiras leituras sociais que se podem efectuar.

2. METODOLOGIA

De modo a responder às questões delineadas, recorreu-se aos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), mais concretamente ao programa ArcGis 9.3., para efectuar uma análise espacial da implantação quer dos recintos de fossos enquanto unidades de estudo individuais quer dos recintos associados aos monumentos megalíticos existentes no seu entorno imediato.

Todos os sítios arqueológicos em apreço foram devidamente implantados numa base cartográfica digital, que teve por base as Cartas Militares de Portugal, à escala 1:25 000, o que significa que o resultado obtido considera curvas de nível distanciadas entre si 10m. A implantação dos sítios foi realizada mediante as coordenadas disponíveis quer na bibliografia quer no inventário geral de sítios arqueológicos produzido pela Direcção-Geral do Património Cultural –Endovélico.

Após esta implantação, implementou-se em torno de cada recinto de fossos um *buffer* de 5km, utilizando como referencia teórica de partida os critérios clássicos estabelecidos por Higgs e Vitta-Finzi (1972), que definiram, a partir de estudos etnográficos, que as sociedades agropastoris, plenamente sedentarizadas, não exploram territórios que se localizem a uma distância superior a essa, a partir do lugar de povoamento. No entanto, apreciando o atual estado do conhecimento acerca dos recintos de fossos do SW Peninsular, considerou-se pertinente estabelecer fronteiras mais latas, na ordem dos 10 km (normalmente associadas às sociedades de caçadores recolectores), não tanto para perceber que áreas do território foram economicamente exploradas, mas sim eventuais redes de contacto entre sítios, partindo do princípio de que, em determinado momento, estes poderão ter sido sincrónicos. Esta opção justifica-se pelos recentes dados empíricos referentes ao período imediatamente antecedente - o Neolítico Médio - que revelaram uma grande mobilidade das populações, conquanto para o Neolítico Final e Calcolítico da região de Torres Vedras (portanto, mais próximas cronologicamente das aqui estudadas), se possa concluir por uma notável redução da mobilidade humana, a julgar pelos dados publicados por Watermann et alii

(2013).

Ao mapa dos recintos de fossos, devidamente delimitados pelos *buffers* de 5 e 10km acrescentou-se os dados geográficos referentes às antas inventariadas num raio de 20 km em torno dos sítios em análise, de modo a obter uma imagem espacial de ambas as realidades. De referir que este mapa não considera:

1) a vertente temporal das antas e dos recintos; ou seja, assume-se na sua execução a sincronia entre todos os monumentos megalíticos, e entre estes e todos os recintos de fossos em apreço, o que não corresponde à verdade histórica; fundamentalmente, este desvio arqueográfico advém (1) da natureza de muitos trabalhos sobre os monumentos megalíticos, correspondentes à sua identificação – prospeção – sem escavação arqueológica associada que permita a aquisição de uma cronologia fina para a sua utilização, e, por conseguinte, (2) a ausência de datações absolutas que possibilitem estabelecer eventuais relações de contemporaneidade entre sítios, o que provoca uma imagem artificial, distorcida e condensada;

2) alguns monumentos megalíticos mais recentes, nomeadamente os que se conhecem em torno do recinto de fossos do Porto Torrão – núcleo de *tholoi* da Horta do João da Moura (Pereiro, 2010; Corga & Ferreira, 2011, informação pessoal de Raquel Santos – Neoépica), Monte do Cardim 6 (Figueiredo, 2009) e Monte do Pombal (Dias & Figueiredo, 2009);

3) as formas “subterrâneas” de megalitismo funerário – hipogeus – conhecidos quer na Sobreira de Cima (Valera, 2013) quer em torno do Porto Torrão – Monte do Carrascal (Santos, 2010; Neves & Mendes, 2011) – sendo este último bastante relevante para a análise da emergência dos recintos de fossos do Neolítico Final, pelo que será analisado particularmente adiante.

3. RESULTADOS

3.1. A relação entre recintos de fossos

Para melhor compreensão dos dados obtidos na análise espacial “recintos de fossos – antas” impora efectuar uma breve descrição dos resultados obtidos na análise da implantação de cada recinto de fossos em apreço (não demonstrados no presente trabalho, uma vez que esse não é o objectivo que se pretende atingir).

Assim, nos 11 sítios analisados através dos SIG verificou-se a sistemática implantação em lugares planos ou com declives suaves, sendo as inclinações orientadas a Sul ou Sudeste, congregando algumas das condições essenciais e fundamentais para a execução das actividades agrícolas que estão na base da economia das sociedades neolíticas. A análise das condições

ambientais a 5km e 10km permitiu ainda constatar a presença de territórios aptos para diferentes práticas pecuárias – pastos naturais⁵ – passíveis de constituir verdadeiras paisagens pastoris⁶ (Rodrigues, 2015).

Mas se a análise das condições de implantação revelam uma conjuntura específica que conduz à fixação das comunidades construtoras dos recintos de fossos, visando uma estratégia económica previamente estabelecida, também demonstra preocupações de controlo de território e de comunicação intergrupal.

O número considerável de sítios já identificados a Norte da Serra de Portel, permite a ponderação de um eixo de controlo territorial no sentido N/ S, que nas regiões a Sul desse relevo ainda não está comprovado, mas que é sugerido através da posição geográfica dos recintos. Neste caso, a existência de uma organização territorial idêntica teria uma orientação no sentido W-E.

Assim, no designado “eixo N-S” reconhece-se (1) uma grande proximidade física entre sítios, praticamente constante, (2) a sobreposição de áreas de intersecção (eventualmente correspondente a zonas de interacção grupal), bastante semelhantes, (3) assim como a intervisibilidade entre recintos, o que permite a assunção de uma base política comum, que se organiza de forma estratégica para melhor controlar um território que, por ancestralidade, é seu (v. Fig. 3).

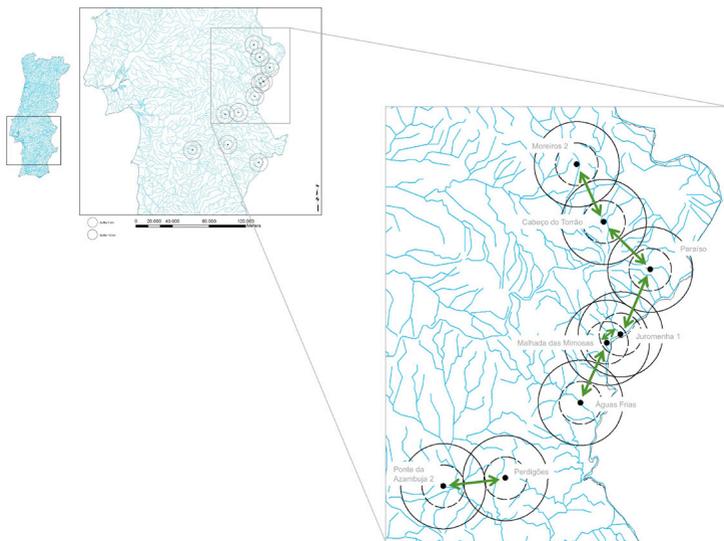


Figura 3. Representação esquemática da eventual articulação entre as comunidades construtoras de recintos de fossos no designado “Eixo Norte-Sul”

⁶ “Paisagens pastoris são terras heterogêneas compostas por uma variedade de comunidades de plantas, em que todas ou a grande maioria são frequentadas e utilizadas como pasto para o gado. Por outras palavras as paisagens pastoris incluem mais do que um tipo de pastos espalhados numa área específica e utilizados por uma ou mais espécies de gado” (Papanastasis, V. P. (s.d.).

3.2. A relação entre recintos de fossos e monumentos megalíticos funerários

Da cartografia geral produzida (Fig. 4) sobressai a disparidade entre o número de monumentos megalíticos situados a Norte da Serra de Portel e a escassez registada a Sul deste maciço montanhoso. A explicação para tal fenómeno poderá estar relacionada com as condicionantes geológicas das regiões, verificando-se a Norte uma zona predominantemente granítica, com disponibilidade de matéria-prima para a execução dos monumentos, e a Sul uma carência destes materiais, tendo as sociedades pré-históricas procurado soluções alternativas, tais como a escavação de hipogeus. Regista-se assim, um número muito limitado de monumentos em torno dos recintos de fossos localizados na zona Sul:

- dentro dos *buffers* do Porto Torrão não há qualquer monumento dolménico identificado, estando no entanto registadas diferentes formas de tratamento dos mortos, como se verá numa discussão adiante – tholoi, hipogeus, enterramentos em fossos, despejo de restos humanos no interior do fossos delimitadores do recinto;
- nas áreas de exploração do recinto de fossos da Fareleira 3 registam-se apenas dois monumentos megalíticos, integrados no *buffer* de 10 km;
- junto ao recinto de fossos da Igreja Velha de São Jorge registam-se dois monumentos megalíticos – Monte da Velha 1 e Monte da Velha 2 (Soares & Arnaud, 1984; Soares, 2008) – localizados a uma distância inferior a 1km do sítio em apreço.

Situação completamente oposta é a que se verifica nos recintos de fossos a Norte da Serra de Portel, onde parece haver um pleno “convívio” entre ambas as formas de apropriação dos territórios, sem que uma exclua a outra. Por outras palavras, existe uma “harmonia” entre “mundo dos vivos” e “mundo dos mortos”, “[...] onde o rito se conforma com o hábito” (Boaventura & Mataloto, 2013: 84). Assim, em torno de cada recinto em análise, encontram-se monumentos megalíticos, quer dentro do *buffer* de 5km quer dentro do *buffer* de 10km, o que demonstra que, independentemente de haver ou não sincronia nas construções e nas utilizações, a presença de um recinto ou a presença de um monumento megalítico não foi impeditiva que outras construções similares, posteriores ou simultâneas tivessem lugar. Ou seja, há uma sobreposição no espaço entre todos os elementos analisados- recintos de fossos e monumentos megalíticos - em plena convivência territorial.

A elaboração de Cartas de Visibilidades Acumuladas para cada um dos recintos de fossos e respectivos monumentos megalíticos situados num

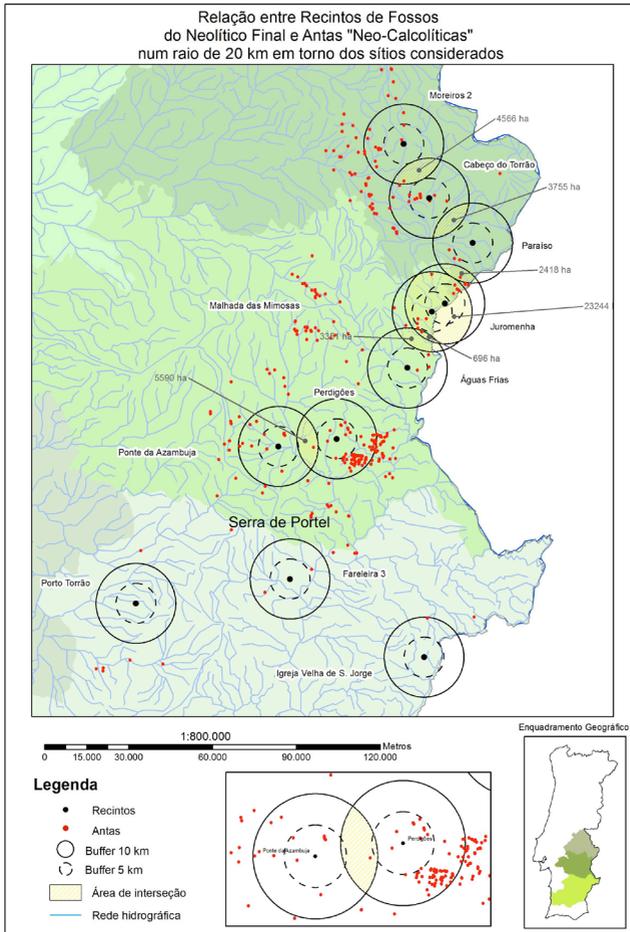


Figura 4. Relação entre recintos de fossos do Neolítico Final e o megalitismo funerário (antas localizadas num raio de 20km em torno dos sítios considerados)

raio de 10 km em torno dos primeiros, permitiu ainda aferir que todos os sítios são visíveis entre si, sendo possível assumir que os construtores de antas são os construtores dos recintos de fossos e vice-versa (Fig. 6, 7, 8 e 9). Esta ocupação massiva do território, sem qualquer termo comparativo com os períodos antecedentes, torna-se assim consentânea não só com a ideia de um aumento demográfico exponencial na região, mas também com a efectiva sedentarização dos grupos humanos, que são cada vez mais intervenientes e modeladores da paisagem que os rodeia, territorializando-a e reclamando-a para si. Este espaço não só é o lugar que habitam, mas é também o lugar onde se eterniza a sua ancestralidade.

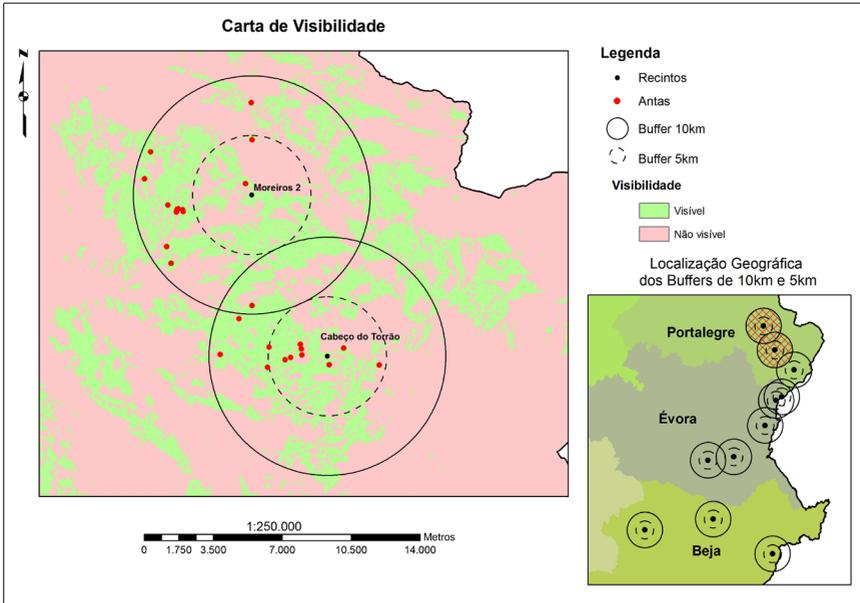


Figura 5. Visibilidades entre os recintos de fossos Moreiros 2 e Cabeço do Torrão, e as antas posicionadas nos buffers de 5km e 10km

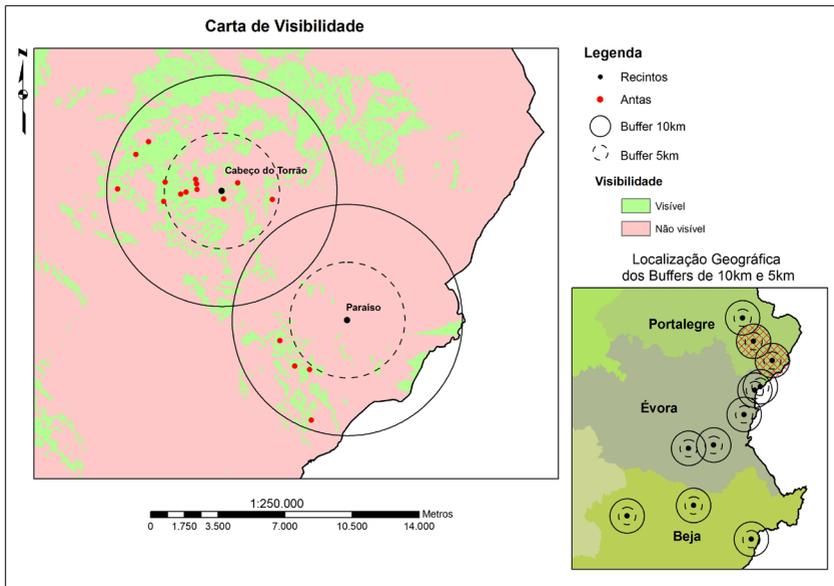


Figura 6. Visibilidades entre os recintos de fossos Cabeço do Torrão e Paraíso, e as antas posicionadas nos buffers de 5km e 10km

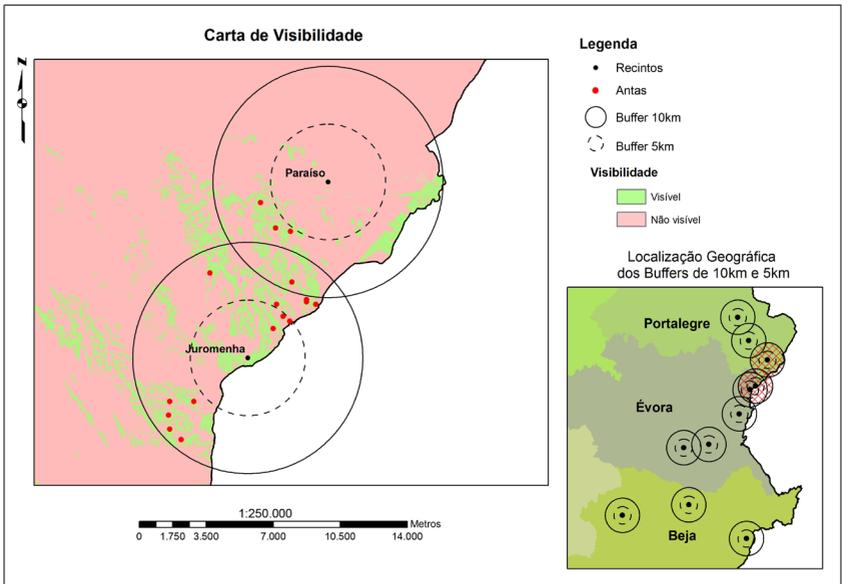


Figura 7. Visibilidades entre os recintos de fossos Paraíso e Juromenha, e as antas posicionadas nos buffers de 5km e 10km

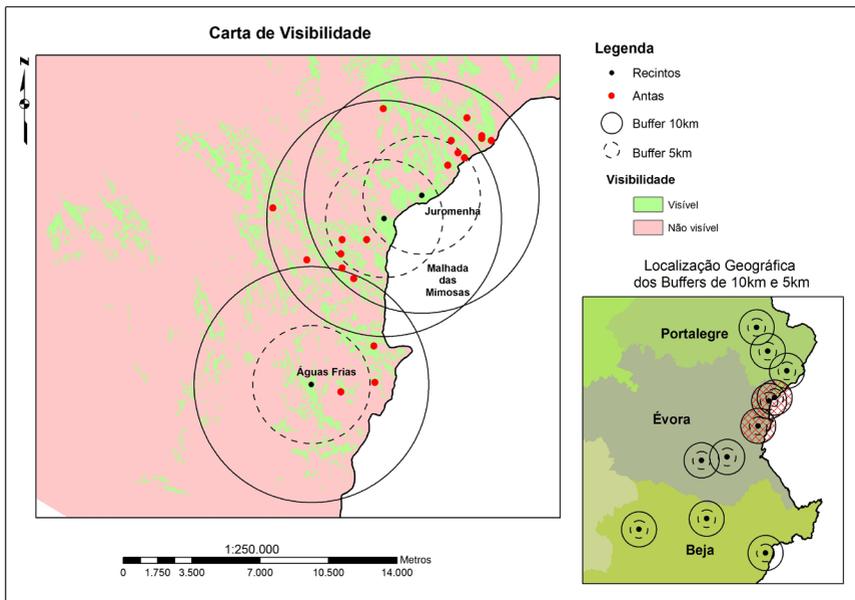


Figura 8. Visibilidades entre os recintos de fossos Juromenha, Malhada das Mimosas e Águas Frias e as antas posicionadas nos buffers de 5km e 10km

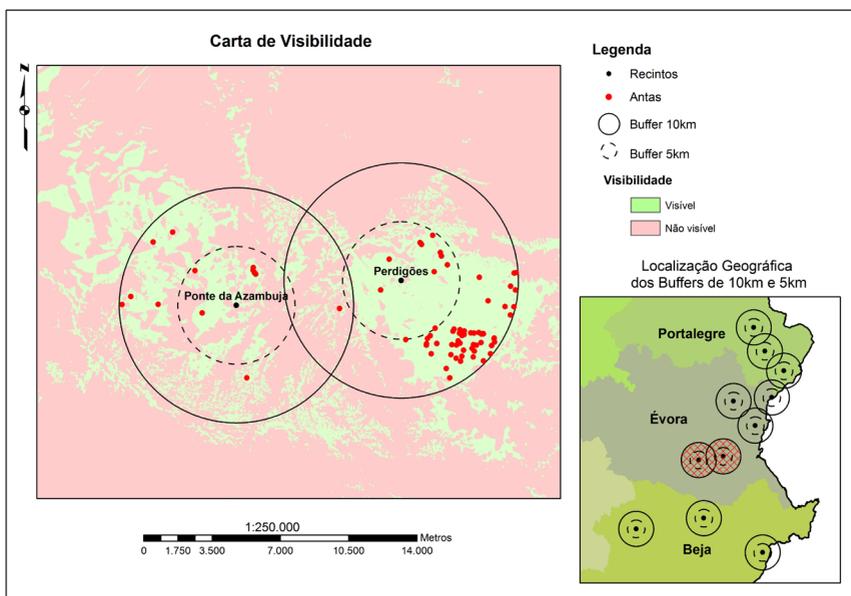


Figura 9. Visibilidades entre os recintos de fossos Ponte da Azambuja 2 e Perdigões, e as antas posicionadas nos buffers de 5km e 10km

No que respeita às atividades funerárias que estão diretamente associadas aos recintos de fossos, conhecem-se dados provenientes daqueles que são, os lugares com a diacronia de ocupação mais ampla: os Perdigões e o Porto Torrão. Quer num quer noutro sítio são conhecidas diferentes actividades funerárias e respectivo tratamento dos mortos. Mas, se para o primeiro caso – Perdigões – tem vindo a ser colocada a questão de “[...] os Perdigões [...] serem essencialmente um sítio de gestão simbólica e prática da morte e da vida, um cenário para as mais variadas práticas sociais ritualizadas [...], para o qual nos falta uma designação concreta, perante a cada vez maior desadequação operativa de conceitos como povoado, necrópole, monumento, etc., pelo carácter compartimentador e exclusivo que encerram” (Valera & Godinho, 2010:37), para o segundo sítio – Porto Torrão – os dados revelam a criação de áreas de necrópole bem definidas, fora do perímetro delineado pelo sistema de fossos identificado (Rodrigues, 2014).

Analisando ambos os casos:

1. Complexo Arqueológico dos Perdigões

No últimos anos têm sido identificadas no interior do Complexo Arqueológico dos Perdigões diferentes ocorrências, que induzem os seus investigadores

a assumir uma diversidade de práticas funerárias, a saber: “[...] deposições primárias, manipulação pós-deposição primária, trasladações e deposições secundárias, cremações, deposições em fossa, deposições em fossos, deposições em sepulcros de tradição megalítica” (Valera & Godinho, 2010:37), cuja compreensão passa por “[...] linking them to the ideological principles that are present in (and reinforced by) the location of the site and the meaningful relationship it establishes with the local landscape (both terrestrial and celestial) as well as in the architectonic design of the enclosures or in the practices of filling ditches and pits with intentional and formal deposits” (Valera, Silva & Márquez Romero, 2014). Estes dados têm levado os investigadores do sítio a afastar a ideia de uma compartimentação espacial entre “mundo dos vivos” e “mundo dos mortos” e a encarar os recintos de fossos do SW Peninsular como locais que poderão ter sofrido um “[...] fenómeno de “necropolização” (Valera & Godinho, 2010:37).

O mais recente estudo acerca da temporalidade deste sítio permitiu estabelecer diferentes etapas cronológicas da sua construção, estando incluídas nesta situação as distintas estruturas com contextos funerários associados. Este exercício assume especial importância quando se pretende verificar se os restos humanos estão (1) “espalhados” ou “concentrados” em determinadas áreas do recinto ou (2) se acompanham a evolução arquitectónica do sítio, podendo-se definir eventuais áreas interiores ou exteriores de utilização. Obviamente, este tipo de exercício detém, à luz dos conhecimentos actuais, alguns obstáculos significativos, vinculados ao facto de ainda existirem estruturas delimitadoras a escavar e a datar. Porém, os dados empíricos disponíveis devem ser analisados, com as devidas salvaguardas, de forma a não se cair na posição de impasse de nada propor e de nada interpretar. Assim, quando confrontada a imagem proporcionada pelos trabalhos de prospeção geofísica, onde foram devidamente implantados os contextos funerários identificados até ao momento, com o esquema de fases de construção arquitectónica, atestado através da bateria de datação radiométricas, verifica-se que grande parte das actividades funerárias que tiveram lugar neste recinto encontravam-se fora da área delimitada pelos fossos, à época em que foram realizadas. Ou seja, aparentemente as deposições em fossa do Neolítico Final encontram-se afastadas daquele que é o núcleo central do recinto, correspondente à área ativa nesta época, não havendo assim uma relação direta entre o que se passava no seu interior, e as actividades funerárias que tiveram lugar no seu exterior. Ou seja, avaliando os dados empíricos permitidos pela leitura arquitectónica elaborada pelos investigadores, as actividades funerárias datadas do Neolítico Final

não estão diretamente associada às atividades intrassítio, pelo que não se pode relacionar a fundação desse recinto de fossos com o simbolismo associado às práticas funerárias. Refira-se também que, se no caso das estruturas megalíticas de tipo tholoi existe uma relação (1) com as orientações da entradas conhecidas, (2) com a dicotômica relação Este Oeste, (3) assim como com a presença do cromeleque a Este, já para os enterramentos em fossa do Neolítico Final esse simbolismo não pode ser aplicado de modo categórico. Efetivamente, estes contextos localizam-se a Noroeste, num local afastado dos sepulcros de tipo tholoi. Ou seja, as associações que têm vindo a ser reclamadas perdem assim o sentido, deixando cair os significados que se pretendem vislumbrar.

2. Porto Torrão

Também neste sítio foram reconhecidas diferentes atividades funerárias, que, à exceção dos contextos de cremação, em tudo se assemelham ao que já foi descrito para os Perdígões. Associados àquele que é o maior recinto de fossos conhecido na área em apreço, reconhecem-se diferentes modos de tratamento dos mortos: enterramentos em fossa (Rebelo, 2009; Rebuge, Sá, & Cheney, 2010; Neto et alii, 2013) enterramentos em monumentos funerários de tipo tholoi e hipogeus (Dias & Figueiredo, 2009; Figueiredo, 2009; Pereiro, 2010; Neves & Mendes, 2011; Corga & Ferreira, 2011) e deposição de restos humanos no interior de fossos (Rodrigues, 2014).

Atestada essa diversidade, que evidenciava diferentes localizações espaciais, torna-se imperativo perceber se haveria áreas preferenciais de deposição dos restos humanos, independentemente do tipo de tratamento que haviam sofrido (deposição primária/ secundária, com/ sem ritual). O tratamento estatístico do número mínimo de indivíduos presentes em cada um dos contextos permitiu a perceção de que “despite the fact that human remains appear throughout the entire archaeological complex, there is a clear prevalence of this type of context outside the enclosed area. And that is compatible with the notion of a relatively well bounded necropolis. Not in a particular place (there are funerary monuments on the East and South sides of the enclosed area) but markedly out the enclosed area” (Rodrigues, 2014).

A descrição acima exposta reflete o cômputo dos contextos funerários identificados neste sítio, independentemente da sua cronologia. No entanto, se estes dados forem restringidos apenas à cronologia em apreço, a situação não difere. Dos diferentes sítios onde foram identificados enterramentos e restos humanos, o conjunto de hipogeus do Monte do Carrascal é aquele que apresenta uma cronologia enquadrada na etapa final do Neolítico

(Neves & Mendes, 2011), sendo igualmente o local de enterramento com o número mínimo de indivíduos mais elevado, o que, mais uma vez, revela que é fora das áreas definidas pelos recintos que se processa grande parte das actividades funerárias destas comunidades. Há no entanto uma excepção, correspondente a um enterramento em fossa identificado na área intrafossos, que pode ser cronologicamente enquadrado no Neolítico Final (Neto et alii, 2013). Apesar de não se saber qual a relação temporal entre os hipogeus do Monte do Carrascal e o enterramento em fossa do Porto Torrão, é notório que há tratamento diferencial de determinados indivíduos, quer no que respeita ao ritual e lugar de enterramento, quer no que respeita à sua individualidade.

4. PRIMEIRAS LEITURAS

A recente identificação de múltiplas formas de sepultar/ tratar os mortos identificadas quer nos recintos de fossos quer nas suas áreas mais próximas, demonstram que as actividades funerárias dos grupos do final do Neolítico na região do Alentejo não são exclusivas das antas, mas aplica-se igualmente aos monumentos subterrâneos – os hipogeus – aos enterramentos em fossa, às cremações e ao despejo literal de partes de restos humanos para o interior de estruturas negativas (fossos). Ainda que haja problemas associados à ausência de datações absolutas que atestem quer o início destas actividades quer a sua contemporaneidade, está corroborada a diversidade, que, eventualmente, pode assumir contornos sociais conectáveis com as relações intra e intergrupais..

Considerando os dois casos específicos acima expostos – Perdigões e Porto Torrão – estão evidenciadas duas situações inegáveis:

- aumento demográfico, demonstrado no número significativo de contextos funerários, que não têm qualquer termo comparativo com as épocas precedentes; embora não existam estudos demográficos aprofundados, acredita-se que esta circunstância só é possível porque há definitivamente mais gente sedentarizada neste território a partir do Neolítico Final;
- diversidade no tratamento dos mortos, não obstante a coesão cultural verificada no “mundo dos vivos”, verificado nas arquiteturas (“povoados”, monumentos megalíticos, recintos de fossos), na cultura material (conjuntos cerâmicos, indústria líticas, artefactos ideotécnicos) e nas estratégias de subsistência (economia mista de produção de alimentos e atividades cinegéticas, eventualmente associada à recolção de recursos silvestres).

Quanto às questões previamente definidas:

- 1) A macro análise efectuada não permite aferir áreas preferenciais para a construção das antas em torno dos recintos de fossos em estudo, contudo ao avaliar-se os sítios sobre os quais existe mais informação – Perdigões e Porto Torrão – observa-se que durante a etapa final do Neolítico os grupos construtores de recintos optaram por realizar as suas actividades funerárias nas imediações desses lugares;
- 2) Apesar dos imensos desvios arqueográficos que podem existir neste exercício devido, fundamentalmente, à ausência de datações absolutas, verifica-se que a construção prévia de qualquer um dos elementos arquitectónicos em análise não inibiu a construção do outro; as imagens produzidas parecem, aliás, sugerir o contrário; se considerarmos que os recintos de fossos poderão ter funcionado como polos de agregação social, com ocupações residenciais e permanentes, temos de aceitar que no seu entorno imediato desenvolveram-se actividades pertencentes ao quotidiano dessas comunidades, e entre essas a gestão da morte teria um tratamento especial mas não distante;
- 3) Os dados dos Perdigões e do Porto Torrão parecem sugerir que há uma preferência para o desenvolvimento das actividades funerárias fora das áreas delimitadas pelos fossos, durante o Neolítico Final; no entanto, existem excepções, que permitem assumir a existência de um tratamento distinto entre indivíduos: uns são inumados em estruturas colectivas, enquanto outros têm enterramentos individuais; se esta diferenciação é ou não sincrónica é uma questão que por agora fica obrigatoriamente em aberto...

AGRADECIMENTOS

A autora agradece à equipa da Direcção-Geral do Património Cultural que gere a base de dados Endovélico pela disponibilização da informação geográfica referente à implantação dos monumentos megalíticos inventariados na região estudada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arnaud, J. M. (1993). *O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas*. *Vipasca*, 41-60.
- Boaventura, R. (2011). *Cronología del megalitismo en el Centro-Sur de Portugal*. *Mengá. Revista de Prehistoria de Andalucía*, 158-190.
- Boaventura, R., & Mataloto, R. (2013). *Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronología absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 81-101.
- Calado, M., & Mataloto, R. (1998). *Relatório intercalar referente aos trabalhos do Bloco 2 do Plano de Minimização de Impactes do Regolfo do Alqueva. Escavação do Povo-*

- ado Neolítico de Juromenha 1 (Alandroal). Campanha 1 (Abril a Julho de 1998). Lisboa: Fundação da Unoversidade de Lisboa.
- Calado, M., & Rocha, A. (2000). Relatório de escavação do povoado da Malhada das Mimosas (Alandroal) - Campanha 2 - 2000. Lisboa: Fundação da Universidade de Lisboa. Centro de Arqueologia de Lisboa. EDIA, S.A.
- Carvalho, A. F. (Ed.). (2014). Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal. Universidade do Algarve.
- Corga, M., & Ferreira, M. T. (2011). Horta do João da Moura 1 - Trabalhos Arqueológicos e Antropológicos de minimização de impactes do Bloco de Rega de Ferreira, Figueirinha e Valbom - Fase de Obra. exemplar policopiado: Styx, estudos de antropologia, EDIA, S.A.
- Dias, S., & Figueiredo, M. (2009). Relatório preliminar dos trabalhos arqueológicos e antropológicos do Monte do Pombal 1. exemplar policopiado: Era, Arqueologia; EDIA, S.A.
- Figueiredo, M. (2009). Relatório dos Trabalhos Arqueológicos e Antropológicos. Monte do Cardim 6. exemplar policopiado: Era, Arqueologia; EDIA, S.A.
- Figueiredo, M. (2013, Fevereiro 5). Fareleira 3 ditched enclosure. Retrieved Junho 20, 2014, from Portuguese Prehistoric Enclosures: www.portugueseenclosures.blogspot.pt
- Gonçalves, V. S. (2000). Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Gonçalves, V. S. (2003). Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Higgs, E. S., & Vita Finzi, C. (1972). Prehistoric Economies: a territorial approach. In *Papers in Economic Prehistory* (pp. 27-36). London: Cambridge University Press.
- Lago, M., & Albergaria, J. (2001). O Cabeço do Torrão (Elvas): contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano. *Era. Arqueologia*, 4, pp. 39-62.
- Lago, M., Duarte, C., Valera, A., Albergaria, J., Almeida, F., & Carvalho, A. (1998). Povoado dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 45-152.
- Leisner, G., & Leisner, V. (1985). Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Lisboa: UNIARCH.
- Mataloto, R., & Costeira, C. (2008). O povoado calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 11, 5-27.
- Mataloto, R., & Costeira, C. (2009). O Povoado Calcolítico do Paraíso (Elvas, Alto Alentejo). *Notícia da sua identificação. IV Encontro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, (pp. 107-133). Huelva.
- Mataloto, R., Davis, S., Costeira, C., Clemente, R., & Santos, I. (2011). Os povoados de fossos do Paraíso: uma ocupação do IV/ III milénios a.C. na região de Elvas. *Balanço das intervenções 2009-2010. Actas do V Encontro de Arqueologia Peninsular*, (pp. 39-72).
- Neto, N., Rocha, M., Santos, R., & Rebelo, P. (2013). Povoado calcolítico do Porto Torrão - uma inumação em fossa. *Arqueologia em Portugal - 150 anos* (pp. 379-385). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Neves, M. J., & Mendes, C. (2011). Monte do Carrascal 2 - Trabalhos arqueológicos e antropológicos de minimização de impactes decorrentes do Bloco de Rega de Ferreira, Figueirinha e Valbom - Fase de obra. Styx, EDIA, SA.
- Pereiro, T. (2010). Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Horta do João da Moura 1. exemplar policopiado: Era, Arqueologia, EDIA, S.A.
- Rebelo, P. (2009). Relatório Final da intervenção arqueológica no Povoado do Porto

- Torrão, Ferreira do Alentejo. Beja: Neoépica; EDIA, S.A.
- Rebuge, J., Sá, A., & Cheney, A. (2010). *Intervenção Arqueológica em Porto Torrão (Sector 3 Oeste)*. Beja: Archeoestudos, EDIA, S.A.
- Rodrigues, F. (2008). O recinto de fossos da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora): primeira notícia. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, pp. 49-56.
- Rodrigues, F. (2013). Ídolomania: figuras antropomórficas e “ídolos de cornos” do recinto de fossos do Neolítico Final da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora). *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (pp. 435-446). Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- Rodrigues, F. (2014). *Skeletons in the ditch: funerary activity in ditched enclosures of Porto Torrão (Ferreira do Alentejo, Beja)*. *Recent Prehistory Enclosures and Funerary Practices in Europe* (pp. 59-69). Oxford: Archaeopress.
- Rodrigues, F. (2015). O sítio da Ponte da Azambuja 2 (Portel, Évora) e a emergência dos recintos de fossos no SW Peninsular nos finais do 4.º milénio a.n.e. Tese de Doutoramento, exemplar policopiado.
- Santos, H. (2010). *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos. Monte do Carrascal 2. Era Arqueologia*, EDIA, SA.
- Santos, R., Rebelo, P., Neto, N., Rebuge, J., Sá, A., Cheney, A., et al. (2014). *Porto Torrão: resultados preliminares. 4.º Colóquio de Arqueologia de Alqueva. O plano de rega*. Beja: EDIA, S.A.
- Soares, A. M. (1994). *Descoberta de um povoado do Neolítico junto à Igreja Velha de São Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa)*. *Resultados Preliminares. Vivasca*, 3, pp. 41-49.
- Soares, A. M. (1996). *Datação absoluta da estrutura neolítica junto à Igreja Velha de S. Jorge (Vila Verde de Ficalho, Serpa)*. *Vivasca*, 5, 51-58.
- Soares, A. M., & Arnaud, J. M. (1984). *Escavações do Sepulcro Megalítico MV2 (Vila Verde de Ficalho, Serpa)*. *Arquivo de Beja, II:1*, 67-82.
- Valera, A. C., & Filipe, I. (2004). *O povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo). Novos dados e novas problemáticas no contexto da calcolitização do Sudoeste peninsular*. *Era. Arqueologia*, 7, pp. 23-32.
- Valera, A. C., & Godinho, R. (2010). *Ossos humanos provenientes dos fossos 3 e 4 e gestão da morte nos Perdigões*. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 6, pp. 29-40.
- Valera, A. C., Becker, H., & Boaventura, R. (2013). *Moreiros 2 (Arronches, Portalegre): geofísica e cronologia dos recintos interiores*. *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 9, 37-46.
- Valera, A. C. (2014, February 2). *Perdigões NE gate*. Retrieved Jun 20, 2014, from Portuguese Prehistoric Enclosures: www.portuguese-enclosures.blogspot.pt
- Valera, A. C., Silva, A. M., & Márquez Romero, J. (2014). *The temporality of Perdigões Enclosures: absolute chronology of the structures and social practices*. *Spal*, 23, pp. 11-26.
- Waterman, A. J., Peate, D. W., Silva, A. M., & Thomas, J. T. (2013). *In search of homelands: using strontium isotopes to identify biological markers of mobility in late prehistoric Portugal*. *Journal of Archaeological Science*, p. no prelo.